

A DIPLOMAÇÃO

26. I, 1951

Raul PILLA

Esta diplomado o sr. Getúlio Vargas. Nenhum obstáculo legal se levanta à sua posse. Vemos, assim, vitorioso o critério que sempre sustentámos. Mas não nos regozijamos com a vitória do nosso ponto de vista. Ninguém pode imaginar, sequer aproximadamente, a serie de males que poderão recair sobre a Nação, com o novo governo do homem que nenhum aprêço dá aos princípios e não se julga ligado a nenhum compromisso de ordem moral.

Mas a desgraça, verdadeiramente, não é a posse do antigo ditador, agora eleito. Maior desgraça seria, por certo, negar-lha. A desgraça, a grande desgraça, pela qual nos deveramos cobrir de cinza, é que o antigo ditador, justiceiramente apeado a 29 de outubro de 1945, tenha sido eleito pelo povo em 3 de outubro de 1950, sem que os dirigentes políticos do País hajam sido capazes de conjugar esforços ou excogitar sequer um expediente, para evitar o que somente os cegos não previam, e os inconscientes não temiam.

Esta foi realmente a grande desgraça que caiu sobre o Brasil. Por falta de um escol dirigente, permitiu-se que o ditador deposto fôsse legalmente eleito por uma minoria; e agora, dado o vigente sistema político, que faz do governo uma força irresistível, dada a tremenda perversão dos nossos costumes políticos, que nada respeitou, não há como impedir que tal minoria, já de si considerável, se torne agora uma arrasadora maioria.

Prenúncio, sinal certo disto, é o telegrama que um dos candidatos derrotados, o sr. Cristiano Machado, dirigiu ao seu competidor vitorioso. Não censuramos, antes louvamos o ato. Proclamada a vitória e reconhecida a lisura do pleito, manda a cortesia que o vencido saude o vencedor. Consideramos, sim, e censuramos o modo como se fez. O illustre candidato do PSD, quase pede desculpas de ter competido com o vencedor, obrigado que foi pelos princípios e ideais das correntes partidárias que

recomendaram o seu modesto nome, e lembra os vínculos da amizade pessoal, fortalecidos em lutas comuns. Estamos aqui, como se vê, mui longe daquela serena altivez com que o lutador leal reconhece a derrota, e baixa por um momento a sua espada, em honra do vencedor.

A grande desgraça, foi, portanto, a eleição do sr. Getúlio Vargas. A diplomação e a posse são simples corolários, a que a Justiça Eleitoral não poderia fugir, sem abalar irremediavelmente a confiança com que a recebeu a Nação. Se ela passasse a decidir, por motivos políticos, em vez de jurídicos, equiparar-se-ia ao antigo Congresso Nacional, que manipulava a seu talento os resultados das urnas, e desmoralizou inteiramente o sistema representativo.

O que agora cumpre é velar para manter na órbita da lei o impenitente violador dela. A tendência mais geral parece ser a da capitulação; mas esta, sim, seria a segunda desgraça depois da primeira, que foi a eleição. Render-se ao antigo ditador a pretexto de colaborar, equivaleria a tornar completa e definitiva a vitória, que uma grande e vigilante oposição restringiria grandemente, se não chegasse a anular, nas suas mais perigosas consequências.

A este respeito, também já muito se perdeu. O insensato pensamento de negar posse ao antigo ditador eleito, alimentando esperanças que haveriam de frustrar-se, não só fez malbaratar um tempo precioso, mas também lançou a confusão e desânimo no seio dos que se apegaram a tão ilusória possibilidade. Se, desde o começo, tivessem os partidos vencidos reconhecido a derrota e se tivessem articulado para fazer face à nova situação, não se encontrariam agora à mercê da minoria vitoriosa. Pelo contrário, êles é que haveriam de impôr a sua lei ao candidato vencedor.

Mas esta parece já uma oportunidade perdida.

